

IMPACTOS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E PESQUEIRAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO RIO BRANCO, EM ÊNFASE SANTA MARIA DO BOIAÇU

Leticia da Silva Durans¹
Lúcio Keury Almeida Galdino²
Luiza Naiana da Silva³
Eleutério da Silva Magalhães Neto⁴
Lídia Pinheiro de Matos⁵
Elisangela Gonçalves Lacerda⁶

RESUMO

Este trabalho visa destacar como vem ocorrendo algumas atividades turísticas nas comunidades ribeirinhas do baixo rio Branco, trazendo como relato de observação a maior comunidade que existe dentre elas, a comunidade Ribeirinha Santa Maria do Boiaçu (CRSMB). Nesta, é possível observar que as atividades turísticas praticadas muitas vezes são vistas como nocivas de alguma maneira para a região, seja de forma ambiental, social, econômica ou cultural. O turismo predatório, no qual é tratado nesse projeto, carrega muitas ameaças para a comunidade. Acompanhado desse turismo tem a biopirataria, que traz consigo grandes impactos negativos também. A maior parte da comunidade depende da pesca para obtenção de renda, infelizmente essa atividade econômica vem sendo reduzida e prejudicando tais pescadores. Essa redução ocorre por interesse de empresas de turismo externas, que não levam em consideração a comunidade que ali habita. O poder público deve oferecer a essas comunidades melhores planos e condições de vida em diversos aspectos. É necessário também que fiscalizem veementemente a maneira que estão sendo executadas essas atividades turísticas e a prática da biopirataria que vem prejudicando o meio ambiente nessas regiões.

Palavras-chave: Turismo Predatório, Pesca, Meio Ambiente.

ABSTRACT

This work aims to highlight how some tourist activities have been occurring in the riverside communities of the lower Branco River, bringing as an observation report the largest community that exists among them, the Santa Maria do Boiaçu Ribeirinha community (CRSMB). In this, it is possible to observe that the tourist activities carried out are often seen as harmful in some way to the region, whether environmentally, socially, economically or culturally. Predatory tourism, which is addressed in this project, carries many threats to the community. Accompanied by this tourism is biopiracy, which also brings with it major negative impacts. Most of the community depends on fishing to obtain income, unfortunately this economic activity has been reduced and harming these fishermen. This reduction

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima - UFRR, leticiadurans18@gmail.com;

² Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará- UFC, lkagaldino@yahoo.com.br;

³ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima- UFRR, luizanaiana2017@gmail.com;

⁴ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima- UFRR, silvaneto2016@gmail.com;

⁵ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima - UFRR, mlidiarr@gmail.com;

⁶ Professor orientador: Doutora permanente da Universidade Federal de Roraima - UFRR, elisangela.lacerda@ufrr.br.

occurs due to the interest of external tourism companies, which do not take into account the community that lives there. Public authorities must offer these communities better plans and living conditions in several aspects. It is also necessary to vehemently monitor the way in which these tourist activities are being carried out and the practice of biopiracy that has been damaging the environment in these regions.

Keywords: Predatory Tourism, Fishing, Environment.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade discutir a prática do turismo predatório em unidades de conservação (UC) no estado de Roraima, especificamente no Baixo Rio Branco (BRB). Para a construção teórica desse manuscrito apoiou-se em: Chaves (2014); Nogueira (2005) e Seabra (2019) e no documentário do Prof. Dr. Lúcio Galdino (UERR/UFRR), intitulado: Território ribeirinho e conflitos com a pesca esportiva no baixo rio Branco (disponível no link: <https://umotion.univ-lemans.fr/video/9374-territorio-ribeirinho-e-conflitos-com-a-pesca-esportiva/>).

O trabalho tem como objetivo discutir os impactos da atividade turística e da pesca predatória, os quais levam impactos negativos ao meio ambiente e contribuem com novos olhares científicos acerca dessa porção do rio Branco, o maior e mais importante recurso hídrico do estado de Roraima.

Especificamente, a região do BRB está localizada na porção sul do estado roraimense, e o rio Branco tem sua relevância geográfica por fazer parte de uma divisa natural com o estado do Amazonas, estabelecendo uma conexão com a bacia hidrográfica do Amazonas, o que o caracteriza como subafluente e sua desembocadura ocorre com o rio Negro.

É justamente na porção do BRB, onde estão localizadas as comunidades tradicionais ribeirinhas, que somam um total de 17 (dezesete). Assim, a primeira Comunidade do baixo Rio Branco é a comunidade ribeirinha Vista Alegre, localizada no município de Caracaraí, e até a essa comunidade é possível o acesso via terrestre.

No que se refere a comunidade ribeirinha Santa Maria do Boiaçu (CRSMB), o objeto de estudo, esta localiza-se no município de Rorainópolis, na sua margem esquerda do rio Branco. Ainda, a CRSMB possui a maior infraestrutura entre as comunidades do BRB. O principal meio de acesso a essas comunidades é o meio fluvial, contudo há possibilidade de aviões chegarem até o local, mas esse tipo de transporte geralmente é utilizado apenas por empresas de turismo. O local é isolado quando se trata de acesso por via terrestre.

De maneira geral, as comunidades ribeirinhas do BRB possuem forte potencial turístico, porém é necessário que essas práticas sejam feitas de maneiras corretas, para que

não haja malefícios sociais, econômicos e ambientais. A maioria dos moradores das

comunidades não possuem renda fixa, estes têm o sustento pautado do local e que vivem exclusivamente do extrativismo animal (a pesca) e vegetal (açai e a castanha do Brasil), bem como da agricultura de subsistência.

METODOLOGIA

Os dados utilizados neste projeto foram constatados através de vivências pessoais, em decorrência de uma visita técnica realizada na comunidade de Santa Maria do Boiaçu de barco, viagem realizada através da Universidade Federal de Roraima, instituição de ensino dos autores. A visita ocorreu no mês de março e a equipe esteve durante uma semana na comunidade de Santa Maria do Boiaçu levantando dados qualitativos para subsidiar futuros projetos de extensão na região. A região do Baixo Rio Branco é formada por 17 comunidades ribeirinhas (Figura 1).

É uma região de grande interesse ambiental no estado de Roraima, em função da sua riqueza e biodiversidade natural. Até 2022 grande parte da região do Baixo Rio Branco fazia parte da Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco. Contudo, a Lei N. 1.704, de 15 de julho de 2022 criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC/RR.

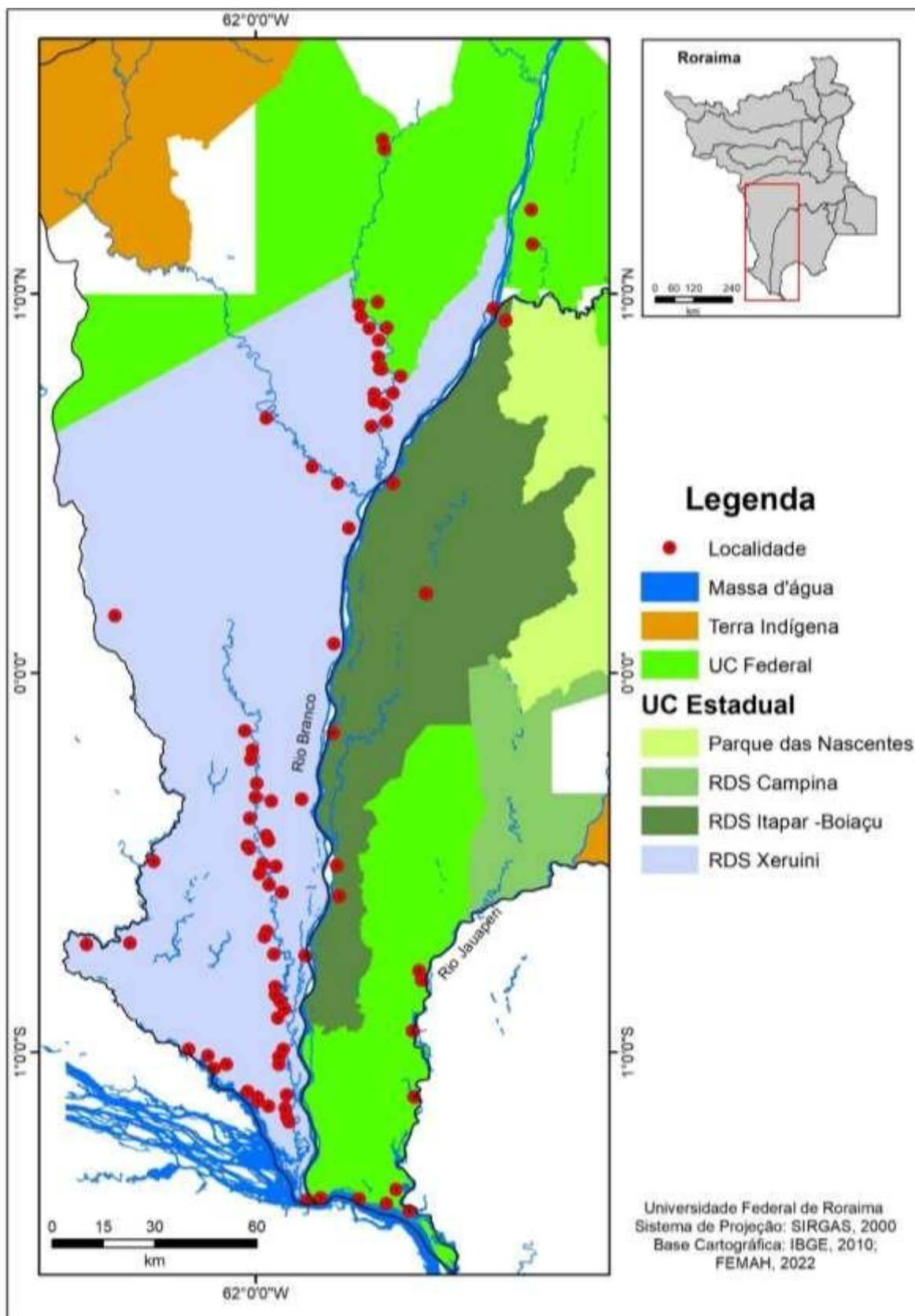
Nesse contexto, a Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco, que até então era federal, foi recategorizada em Parque Estadual das Nascentes, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapará-Boiaçu, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campina e a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Xeriuni.

Tendo em vista a criação recente dessas unidades de conservação, os próximos passos devem ser a criação dos conselhos e a elaboração dos Planos de Manejo dessas unidades. Esse documento é de suma importância, ainda mais para essa região, uma vez que é por meio dele que serão estabelecidas as atividades sustentáveis a serem desenvolvidas, bem como as áreas que deverão ser exploradas pela pesca esportiva.

Além da pesca esportiva, outras atividades devem ser propostas de acordo com as especificidades da região e das comunidades ali presentes. A produção de biojóias e o desenvolvimento de uma bioeconomia, a partir da implantação de arranjos produtivos locais com base nos produtos nativos são estratégias a serem pensadas.



Figura 1 - Comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco - Roraima



Fonte: Autores, 2023.



As comunidades ribeirinhas do BRB possuem menos de 500 habitantes, com exceção de Santa Maria do Boiaçu (1.444) e Caicubi (604). As comunidades estão localizadas ao longo dos rios Branco, Xaurini, Amajaú, Caicubi, Negro e Jauaperi. Elas estão situadas nos municípios de Rorainópolis, Caracará e Rorainópolis, conforme o (Quadro 1).

Quadro 1 - Comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco - Roraima

Comunidade	População	Rio	Município
Santa Maria do Boiaçu	1.444	Branco	Rorainópolis
Santa Maria Velha	53		
Dona Cota	41		
Sacaí	25		Caracará
Terra Preta	450	Xaurini	
Lago Grande	193		
Canauani	158	Amajaú	
Cachoeirinha	151		
Caicubi	604	Caicubi	
Panacarica	124	Negro	
Remanso	89		Rorainópolis
Floresta	160		
Bela Vista	30	Jauaperi	
Itaquera	154		
Samauma	167		
Xixuaú	122		

Fonte: CAVALCANTE et al, 2020

Ademais, recorreu-se a referências bibliográficas pautadas em trabalhos na mesma temática e áreas que tenham correlações. Ainda, as referências cartográficas e o uso de SIGs (sistema de formação geográfica) foram fundamentais na construção desse artigo, pois a geotecnologia auxilia na captação e comprovação de determinados dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O turismo “predatório” ocorre quando determinada atividade turística em meio a natureza é realizada de maneira incorreta por diversos fatores. Esse turismo visa apenas o lado econômico, o lucro. Sendo assim, não se preocupa em preservar a cultura dos povos nativos do local.



Figura 2 - Hotel flutuante chegando na comunidade Santa Maria do Boiaçu



Fonte: Autores, 2023

De acordo com Chaves (2014), o meio cultural é mais um ponto irrelevante quando se pratica turismo que não tem preocupações que não sejam de viés econômico. No turismo predatório a cultura do local não é vista de maneira cultural e sim lucrativa, estimulando alterações culturais que tem maior rentabilidade, sem considerar a realidade dos moradores das regiões em que se deseja praticar essas atividades turísticas.

A atividade de pesca no local passa por constantes atritos. Isso ocorre devido ao local possuir muitos pescadores, essas pessoas necessitam pescar os peixes para vender e do rio tirar sua fonte de renda. Todavia, o turismo de pesca é realizado com maior efetividade em determinada época do ano, essa atividade turística (Figura 3), impacta diretamente a vida dos pescadores que moram na comunidade. As empresas responsáveis pela pesca esportiva no local estão restringindo o uso de determinadas localidades na qual os moradores tinham costume de pescar, proibindo o acesso desses moradores a esses locais.



Figura 3. Turistas estrangeiros chegando em Santa Maria do Boiaçu para embarcar em avião



Fonte: Autores, 2023.

Nogueira (2006) identificou a presença de quatro empresas de pesca esportiva atuantes no Baixo Rio Branco, sendo elas Itapará Sport Fishing, Royal Amazon Lodge, Macaroca e Poção. Essas empresas atuam em quatro comunidades: Santa Maria do Boiaçu, Terra Preta, Lago Grande e Canauini. Cabe destacar que as empresas atuantes nesse setor no Baixo Rio Branco são do estado do Amazonas. Tendo em vista a inexistência de um plano de manejo, cada empresa atua de acordo com os seus interesses próprios.

Não há dúvida de que a atividade de pesca esportiva gera uma renda significativa para alguns membros da comunidade. A maior parte dos empregos gerados é em atividades de base que subsidiam o turismo, como limpeza e alimentação. Em conversa com moradores da comunidade Santa Maria do Boiaçu, eles informaram que durante a alta temporada (dezembro, janeiro e fevereiro) uma cozinheira chega a receber mais de 20 mil reais.

Apesar disso, cabe destacar que caso a atividade turística não seja bem planejada, desenvolvida e gerenciada ela pode ocasionar: poluição da água (rios, lagos, igarapés, etc.); poluição sonora; paisagem suja, um problema resultante do descaso com o lixo e desequilíbrio ecológico e perturbação da vida selvagem pelo contato excessivo, e às vezes, incorreto (OMT, 2003).

Para evitar os problemas mencionados é indispensável a participação da comunidade nas instâncias de tomada de decisão. A organização de conselhos é um dos passos fundamentais para envolver a comunidade na construção e aprovação dos Planos diretores. Mas, para além disso, há outras estratégias que podem e devem ser adotadas. Os resultados encontrados por Vitério e Vianna (2016) ao analisarem a percepção da população acerca do uso dos recursos

naturais na região, identificaram a necessidade de organização de lideranças locais para se fazer cumprir a legislação ambiental.

Os resultados revelaram a necessidade de organização da liderança política no âmbito da gestão municipal com ênfase no comprometimento e responsabilidade socioambiental, conforme os outorga a legislação. Também a necessidade da criação de ambientes de discussão e organização de iniciativa da população local, por exemplo, Associação ou Cooperativa para que possam requerer melhorias para as condições de trabalho de seus contratantes (VITÓRIO; VIANNA, 2016, p. 146).

A questão do descarte dos resíduos sólidos (o lixo) é outra problemática que as comunidades enfrentam com frequência no seu dia-a-dia, com a presença de pessoas que vão praticar turismo de pesca na região e muitas vezes não se preocupam com a coleta seletiva (o tratamento correto de lixo) essa problemática se potencializa e com isso, acabam deixando os resíduos, muitas vezes, ao longo do rio e da mata.

A disposição inadequada dos resíduos sólidos resulta em graves consequências que podem culminar no surgimento de problemáticas dos mais diferentes níveis. A sensibilidade, no trato com as questões que envolvem o meio ambiente, tem se tornado uma necessidade a todos os seres humanos que habitam, consomem e, invariavelmente, poluem o planeta com resíduos provenientes de suas atividades, o que há pouco tempo era uma questão eminentemente urbana, também passou a ser um problema da área rural.

A quantidade e diversidade de resíduos gerados relacionam-se a aspectos culturais; econômicos e sociais, os quais influenciam diretamente em sua constituição (MARSHALL et al., 2013). Dessa forma, é de extrema necessidade o gerenciamento dos resíduos, desde a coleta até a disposição final do rejeito (REZENDE et al., 2013). No meio rural, normalmente, são produzidas grandes quantidades de resíduos que contêm, em sua composição, materiais que podem ser reciclados, tais como plásticos, vidro, papéis e metais.

Tendo em vista que no meio rural há uma menor quantidade de habitantes, estas regiões são diretamente afetadas pela precarização de serviços públicos de saneamento, que são, muitas vezes, inexistentes em comunidades rurais. Conforme discutido por Pasquali (2012), a ausência da coleta de resíduos sólidos nas áreas rurais, tem como consequência o descarte inadequado dos resíduos pela população rural, seja queimando, enterrando ou simplesmente lançando em terrenos baldios e recursos hídricos. Considerando que grande parte dos resíduos produzidos na comunidade são descartados inadequadamente, faz-se necessário desenvolver ações que promovam a conscientização dos turistas e moradores da comunidade, bem como a proposição de alternativas de descarte dos diversos tipos de resíduos produzidos.

De acordo com Nogueira (2005), os pacotes de turismo para a pesca esportiva, na sua

maioria, são operados nos EUA. E na maioria das vezes, as empresas não se preocupam com questões sociais, culturais, ambientais dentre outras coisas. Neste sentido, surge um dos principais impasses, pois, enquanto os moradores da região buscam a sobrevivência da pesca, as empresas de turismo buscam sua lucratividade por meio da pesca esportiva, que para ocorrer deve ser evitada a pesca comercial no local.

É fato que a região do BRB sofre com a pesca predatória e existem muitos pescadores que fazem seu trabalho de maneira artesanal corretamente, contudo ocorre também a presença de grandes embarcações que não se preocupam com nada mais além do lucro e fazem a pescaria em larga escala. Esse tipo de pescaria prejudica tanto o meio ambiente quanto os pescadores tradicionais.

Conforme Seabra (2019), a região do BRB e seus moradores vem sendo afetados por essa prática pesca comercial de larga escala e corroborando relata que:

Observamos a grande quantidade de redes de pesca, abandonadas e dependuradas nos barrancos e nas copas das árvores às margens do rio Branco, atadas a centenas de garrafas pets. Os vasilhames plásticos, reutilizáveis, são adaptados como boias para a sustentação das malhas, na estação das águas, com o objetivo ambientalmenteecologicamente perverso de recolher toneladas de peixes em curto espaço de tempo. As redes de pesca cobrem grandes extensões do rio Branco e seus afluentes, como também furos, paranás e lagos. Esse tipo de pesca predatória é praticado pelos pescadores ribeirinhos e os temidos e célebres barcos geleiros. (SEABRA, 2019, p. 113).

Devido a falta de fiscalização nessas comunidades, muitos turistas acabam não preservando o local, ou até mesmo extraindo as riquezas naturais do lugar e levando consigo. Essa prática de retirada de flora ou fauna do local prejudica o ecossistema, alterando-o e até levando a fins alguns recursos, ou extinguindo plantas e/ou animais.

Dewar (2007) afirma que o tráfico de plantas, sementes, essências nativas e animais se movimenta sorrateiramente na Amazônia, escondido através de projetos “científicos”, financiados por instituições nacionais e internacionais e apoiados por algumas pessoas de populações locais indígenas.

Existe o interesse econômico nas riquezas do local, o que desperta um alerta grave, pois sabemos que em muitos lugares da Amazônia a biopirataria é muito forte, e a fiscalização é ineficiente. As comunidades devem ser olhadas com mais atenção pelas autoridades fiscalizadoras.

Por fim, para que haja maior contribuição econômica nas comunidades, os moradores precisariam de incentivos e investimentos para trabalharem além da pesca artesanal. Fora observado que os moradores desenvolvem diversos tipos de artesanatos, e até uma culinária

típica do local, como é o caso de uma cocada bem conhecida na comunidade de Santa Maria do Boiaçu. Entretanto, muitos turistas chegam ao local apenas para pegar o avião e ir a outras localidades, porém se nesse percurso tivesse uma feirinha de artesanato com uma culinária local chamaria atenção dos turistas para esse tipo de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o turismo seja praticado de maneira correta, a população local deve ser instruída para executar determinadas atividades, recepcionando o turista de maneira que não implique em seus modos de vida, e sim contribua.

As empresas que ali exercem suas atividades devem se atentar nas necessidades locais, não se preocupar apenas com o turista, mas sim com a população ribeirinha que resguarda e protege e conserva todo sistema natural por meio dos seus hábitos e costumes, e que pode contribuir grandemente com o turismo, com isso aumentariam os postos de trabalho e conseqüentemente a movimentação da economia local.

A questão da pesca predatória também deve ser ao menos reduzida drasticamente, pois prejudica muito o meio ambiente, devido aos grandes navios que pescam muitas vezes em período de defeso, escolhem os tipos de peixe que os interessa e o restante é descartado no rio ou nos arredores. Já o turismo de pesca (a pesca esportiva) deve ter fiscalização adequada para que não prejudique tanto o meio ambiente e a cultural local dos ribeirinhos que ali habitam, e estes são os originários povos, juntamente com os indígenas, nessa região.

Portanto, faz-se necessário maior visibilidade dos poderes públicos responsáveis, tendo em vista que a região possui várias comunidades ribeirinhas que precisam da devida assistência. A fiscalização no local também deve ter maior efetividade, pois, é mandatório reduzir os crimes praticados na região, como é o caso da biopirataria.

Por fim, os governos (Municipal, Estadual e Federal) precisam adotar critérios mais minuciosos, rigorosos e fiscalizadores no que se refere ao turismo e a atividades da pesca predatória (de larga escala) para que se possa manter um meio ambiente com equilíbrio.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Maria Madalena Aguiar et al. Amazônia: explorando o baixo Rio Branco - Roraima/Amazonas. **Revista do Departamento de Geografia**. Universidade de São Paulo, v. 40, p. 203-217, 2020.

CHAVES, F. N.; **das minas de ouro às rotas de turismo**. Lavras Novas-MG- Universidade Federal do Acre-Ufac, onde trabalha com integração comunitária e educação popular feminista. EXTRAPRENSA(USP) – Ano VIII – n° 15, dezembro/2014.

DEWAR, E. **Uma demão de verde**. Os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios. (2ª Edição). Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2007. 503p.

FARIA, D.S; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade Ecológica no Turismo**. Brasília: Editora UNB, 2001. 95 p.

GALDINO, L. K. A. Documentário: **Território ribeirinho e conflitos com a pesca esportiva no baixo rio Branco**. Le Mans Université, 2023. Acesso: 13 mai 2023. Disponível em: <<https://umotion.univ-lemans.fr/video/9374-territorio-ribeirinho-e-conflitos-com-a-pesca-esportiva/>>.

MARSHALL, E. R.; FARAHBAKHS, K.. Systems Approaches to Integrated Solid Waste Management in Developing Countries. Waste Management, v.33, p.988-1003,2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2012.12.023>.

NOGUEIRA, Melo Nogueira. Turismo no baixo Rio Branco: diagnóstico de capacitação e infra-estrutura. **Norte Científico**, v. 1, n.1, p. 14-27, 2006.

NOGUEIRA. E. M.; **TURISMO NO BAIXO RIO BRANCO: DIAGNÓSTICO DE CAPACITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA**. Especialista em Eco Turismo pela Universidade Federal de Lavras;2005. Pág.16.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PASQUALI, L. **Composição gravimétrica de resíduos sólidos recicláveis domiciliares no meio rural de Chopinzinho/PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2012.

REZENDE, J. H.; CARBONI, M.; MURGEL, M. A. T.; CAPPS, A. L. A. P.; TEIXEIRA, H. L.; SIMÕES, G. T. C.; RUSSI, R. R.; LOURENÇO, B. L. R.; OLIVEIRA, C. A. Composição gravimétrica e peso específico dos resíduos sólidos urbanos em Jaú (SP). **Engenharia Sanitária Ambiental**, v.18, n.1, p.1- 8,2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522013000100001>.

RORAIMA. LEI N. 1.704, DE 15 DE JULHO DE 2022. Disponível em



<<https://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-ordinarias/189-leis-ordinarias-2022/2581-lei-n-1704-de-15-de-julho-de-2022-dispoe-sobre-a-criacao-do-sistema-estadual-de-unidade-de-conservacao-seucrr>>. Acesso em 13 de set. 2022.

SEABRA, G. F.; **Dinâmica socioambiental no Baixo Rio Branco, estado de Roraima, Brasil**. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 10, n. 2, p. 112-130, jul./dez. 2019. Página | 129.

VITÓRIO, Luciana de Souza; VIANNA, Sílvio Luiz Gonçalves. Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 16, núm. 2, abril, 2016, p. 126-149.